

# Revisão do Tratado de Itaipu ainda está no Congresso

De Brasília

Na semana passada, o vice-ministro de Relações Exteriores do Paraguai, Jorge Lara Castro, veio ao Brasil com uma comitiva para visitar parlamentares e pressionar pela ratificação da mensagem enviada pelo governo, em novembro, ao Congresso, que revê as condições do tratado de Itaipu. Com o acordo, o Brasil aumentará o desembolso anual, pa-

ra o país vizinho, de US\$ 120 milhões para US\$ 360 milhões.

A mensagem presidencial, que não pode ser alterada, mas apenas ratificada ou rejeitada pelo Congresso, está em discussão desde novembro na Comissão de Assuntos do Parlamento do Mercosul. Seu presidente, o deputado José Paulo Tóffano (PV-SP), espera que o relatório seja apresentado dentro de uma ou duas semanas.

"A quantia é insignificante pa-

ra o Brasil, para quem não interessa ter um vizinho em condições difíceis", avalia Tóffano. "Para o Paraguai, que tem um governo de caráter social, esse é o nosso voto de credibilidade, de fortalecimento de um parceiro", afirma. Segundo ele, o acordo data de 1973 e, de lá para cá, houve grande desvalorização do dólar.

O Instituto Acende, centro de estudos mantido por empresas do setor elétrico, está concluindo es-

tudo, a ser apresentado ao Congresso, que mostraria mais desvantagens do que vantagens ao Brasil, se o país ratificar a declaração conjunta feita pelos dois países de julho de 2009.

Segundo Claudio Sales, presidente da entidade, 100% do financiamento de Itaipu já foi assumido pelo Brasil e haverá distorção no mercado de oferta de energia, por que os geradores brasileiros terão de competir no mercado livre com

a geração excedente do Paraguai. Além disso, os contribuintes brasileiros serão duplamente onerados, diz. "Itaipu não é um pedaço de papel, que avolta arrochos pseudocritérios de quem quer fazer justiça com cinzeiro aberto".

Para Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CIBIE), redes em Itaipu resultarão em desajuste na tarifa de energia brasileira, que já é alta, diz, por causa de encargos e impostos. Na-

les, por sua vez, lembra que o aumento dos custos do Brasil para o Paraguai, de US\$ 240 milhões, significará, em dez anos, o custo da construção de uma usina com o mesmo custo, no Tocantins, de 1.050 MW.

Se aprovada pela Comissão do Mercosul, a mensagem de Itaipu ainda será discutida em outras três comissões e no plenário da Câmara, antes de ir ao Senado. O Parlamento paraguaio já aprovou a revisão do tratado. (DF)

## Valor Econômico

### Revisão do Tratado de Itaipu ainda está no Congresso

De Brasília

Na semana passada, o vice-ministro de Relações Exteriores do Paraguai, Jorge Lara Castro, veio ao Brasil com uma comitiva para visitar parlamentares e pressionar pela ratificação da mensagem enviada pelo governo, em novembro, ao Congresso, que revê as condições do tratado de Itaipu. Com o acordo, o Brasil aumentará o desembolso anual, para o país vizinho, de US\$ 120 milhões para US\$ 360 milhões.

A mensagem presidencial, que não pode ser alterada, mas apenas ratificada ou rejeitada pelo Congresso, está em discussão desde novembro na Comissão de Assuntos do Parlamento do Mercosul. Seu presidente, o deputado José Paulo Tóffano (PV-SP), espera que o relatório seja apresentado dentro de uma ou duas semanas.

"A quantia é insignificante para o Brasil, para quem não interessa ter um vizinho em condições difíceis", avalia Tóffano. "Para o Paraguai, que tem um governo de caráter social, esse é o nosso voto de credibilidade, de fortalecimento de um parceiro", afirma. Segundo ele, o acordo data de 1973 e, de lá para cá, houve grande desvalorização do dólar.

O Instituto Acende, centro de estudos mantido por empresas do setor elétrico, está concluindo estudo, a ser apresentado ao Congresso, que mostraria mais desvantagens do que vantagens ao Brasil, se o país ratificar a declaração conjunta feita pelos dois países de julho de 2009.

Segundo Claudio Sales, presidente da entidade, 100% do financiamento de Itaipu já foi assumido pelo Brasil e haverá distorção no mercado de oferta de energia, porque os geradores brasileiros terão de competir no mercado livre com a geração excedente

do Paraguai. Além disso, os contribuintes brasileiros serão duplamente onerados, diz. "Itaipu não é um pedaço de papel, que aceita arroubos pseudoaltruístas de quem quer 'fazer justiça' com dinheiro alheio."

Para Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), ceder em Itaipu resultará em elevação da tarifa de energia brasileira, que já é alta, diz, por causa de encargos e impostos. Sales, por sua vez, lembra que o aumento dos repasses do Brasil para o Paraguai, de US\$ 240 milhões, significará, em dez anos, o custo da construção de uma usina como Estreito, no Tocantins, de 1.087 MW.

Se aprovada pela Comissão do Mercosul, a mensagem de Itaipu ainda será discutida em outras três comissões e no plenário da Câmara, antes de ir ao Senado. O Parlamento paraguaio já aprovou a revisão do tratado. (DF)